



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

REQUERIMENTO Nº 133/2019

Moção de repúdio ao Ministério da Educação tendo em vista os recentes cortes dos recursos financeiros destinados a Educação.

Senhor Presidente,

Os parlamentares que este subscrevem, nos termos do artigo 162 do Regimento Interno,

REQUEREM

a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Ministério da Educação, representado pelo seu ministro, senhor Abraham Weintraub, localizado à Esplanada dos Ministérios Bloco L - Ed. Sede e Anexos CEP: 70.047-900 - Brasília / DF, manifestando o repúdio desta Casa de Leis pelos cortes financeiros destinados a educação.

O Ministério da Educação (MEC) congelou mais recursos da educação básica do que das universidades federais. Apesar do discurso do governo federal de dar prioridade à base do ensino público, ao menos R\$ 2,4 bilhões que estavam previstos para investimentos em programas da educação infantil ao ensino médio foram bloqueados. As universidades federais estão sem R\$ 2,2 bilhões.

Atualmente, a verba destinada pelo MEC às universidades brasileiras compreende três grupos de despesas: pessoal, capital e custeio. A verba de pessoal vai diretamente para o pagamento dos servidores, a de capital é destinada a investimentos em equipamentos e obras, e a de custeio é direcionada para os serviços de manutenção das instituições.

O MEC bloqueou, por exemplo, R\$ 146 milhões, dos R\$ 265 milhões previstos inicialmente, para construção ou obra em unidades do ensino básico. O valor poderia, por exemplo, ser destinado aos municípios para construir creches.

Foram retidos recursos até mesmo para modalidades defendidas pelo presidente e pela equipe que comanda o ministério, como o ensino técnico e a educação a distância.

Todo o recurso previsto para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), R\$ 100,45 milhões, está bloqueado. O Mediotec, ação para que alunos façam ao mesmo tempo o ensino médio e técnico, tem retidos R\$ 144 milhões dos R\$ 148 milhões previstos inicialmente.

Foram bloqueados ainda recursos para a compra de mobiliário e



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

equipamentos para as escolas, capacitação de servidores, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino em período integral.

Também houve pequena contenção em programas importantes de permanência das crianças de baixa renda nas escolas, como merenda (corte de R\$ 150,7 mil) e transporte escolar (R\$ 19,7 milhões).

Quando se trata de comparar os níveis de ensino no País como forma de justificar qualquer corte, o Brasil precisa investir mais na Educação de forma global, o que inclui os níveis Infantil, Básico e Superior, caso contrário o Brasil não terá educação de qualidade investindo em apenas um desses níveis. Como demonstrado recentemente, 83% do investimento público em educação é destinado à educação básica e apenas 17% à educação superior. Ocorre que a educação básica é responsabilidade direta de estados e municípios, enquanto a educação superior pública é mantida principalmente com verbas federais. O Brasil precisa aumentar o investimento público em todos os níveis, não transferir o recurso disponível de um para outro.

O custo da Educação Superior, em qualquer País, é naturalmente mais alto do que o da Educação Básica, uma vez que requer uma estrutura mais complexa de laboratórios, equipamentos, tecnologias e pessoal qualificado em muitas áreas. Além disso, quando o custo da universidade é calculado, a conta não inclui apenas o ensino, já que as universidades também realizam pesquisa e prestam diversos serviços à sociedade por meio da oferta de hospitais universitários, clínicas, museus, teatros, etc. Portanto, a comparação dos valores entre níveis diferentes não permite compreender corretamente o perfil de investimento do país. O ideal seria comparar o investimento do país com o investimento de outras nações.

Tanto na educação básica, como na educação superior, o investimento em educação no Brasil é dos menores do mundo, como atestam os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil destina, hoje, aproximadamente 5% do PIB à educação (já foi 6%). Em termos percentuais, parece ser um valor semelhante aos de outros países, mas quando olhamos para o que isso representa em termos de investimento por aluno, descobrimos que o país está no fim da fila. Temos os mais baixos valores de investimento por aluno, tanto na educação básica, quanto na educação superior. Essa é a verdade que precisa ser esclarecida à população.

A necessidade de olhar para a educação como um sistema integral também decorre do fato de que a qualidade do Ensino Básico depende diretamente do Ensino Superior, pois é ela que desenvolve as tecnologias que vão ser empregadas na nossa realidade social. É ela que dá suporte às políticas públicas voltadas à Educação Básica. Então, é preciso ter esta compreensão, de que nós temos que olhar para a educação como um sistema que vai da Educação Infantil ao doutorado, e precisamos ter um padrão de investimento que seja compatível com as necessidades do país, abrangendo todos os níveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

Importância social e econômica – Além da sua importância para a melhoria dos índices educacionais do país, o Ensino Superior também é imprescindível para o desenvolvimento do Brasil em outros diversos cenários. “A universidade pública é uma instituição que está sempre interagindo com toda a sociedade. A Universidade produz quase toda a ciência nacional, disponibiliza suporte tecnológico ao setor industrial e auxilia os governos na execução de políticas públicas.

Mantém, ainda, hospitais de alta complexidade, que atendem 100% pelo SUS, hospitais de custo elevado, que exigem um empenho muito grande da Universidade para continuarem em funcionamento. Promovem políticas de inclusão que têm transformado a vida de milhares de jovens, muitos deles os primeiros de suas famílias a chegarem à universidade. Setores como o de petróleo e gás, hoje responsável por 15% da economia brasileira, só se desenvolveram no país com a pesquisa feita nas universidades públicas. A área de produção de alimentos também cresceu com o desenvolvimento das tecnologias e estudos que saíram de dentro das universidades federais.

Quando falamos das universidades federais, nós estamos falando de um sistema que é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Se esse sistema for comprometido, no seu funcionamento, nós vamos todos pagar um preço muito mais alto no futuro: a sociedade vai perder a capacidade de resolver os seus problemas com conhecimento e com tecnologia. Deixar as universidades públicas federais entrarem em colapso representará um custo elevadíssimo para toda a sociedade brasileira.

Todas as nações desenvolvidas e em desenvolvimento tratam educação e ciência como investimentos essenciais para a superação de seus problemas e a promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Essa agenda precisa ser assumida no Brasil também, ou seremos uma nação sem futuro, sem cidadania, sem soberania.

SALA DAS SESSÕES, 14 de maio de 2019.


MARLI DO ESPORTE


ADEMAR DORFSCHMIDT


AIRTON SAVELLO


GENIVALDO PAES


JANICE SALVADOR


LEANDRO MOURA



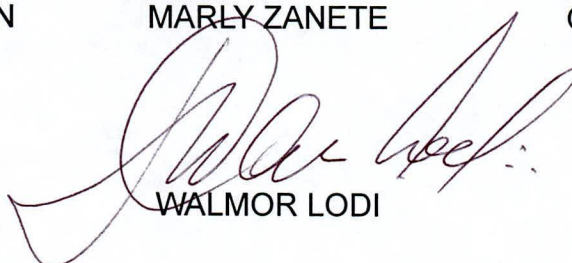
CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná


LEOCLIDES BISOGNIN


MARLY ZANETE


OLINDA FIORENTIN


WALMOR LODI

APROVADO

Sala das sessões, 20/05/19

Presidente

Requerimento nº 133/2019